

Anulação do acordo da Zona Azul ocorre um ano após o TCE julgar

Tribunal considerou irregular, em dezembro de 2021, a concorrência pública realizada pela Prefeitura de S.Caetano para operação do sistema

ARTUR RODRIGUES
arturodriguez@dgabc.com.br

A anulação da concorrência pública e do contrato de gestão do sistema de estacionamento rotativo pago (Zona Azul) pela Prefeitura de São Caetano, anunciada no último dia 24, aconteceu quase um ano depois de o TCE (Tribunal de Contas do Estado) considerar irregular todo o processo, em julgamento realizado no começo de dezembro do ano passado. A vencedora do certame, em 2014, foi a Assistpark Sistema de Estacionamento Rotativo, à época pertencente ao Consórcio de Estacionamento Rotativo São Caetano.

Questionada pelo **Diário**, a Prefeitura declarou que o rompimento do contrato foi baseado nas irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas do Estado em 7 de setembro de 2021, as quais o Paço considerou como "insanáveis".

A assessoria técnica do TCE entendeu que houve falhas na formulação das regras da concorrência entre as empresas que disputaram o direito de gerir o sistema de estacionamento rotativo. Na decisão, o conselheiro e relator do caso, Dimas Ramalho, citou a exigência de testes em escala real pelas empresas para comprovarem ter condições de fazer a gestão da Zona Azul.

A não realização de pesquisa de preços que comprovasse que o valor estimado dos investimentos era compatível com o mercado, além da inexistência de cláusula de garantia da execução do contrato, foram falhas apontadas pelo Tribunal.

O julgamento do TCE ocorreu meses depois de a Assistpark pressionar a Prefeitura a aumentar o valor do serviço de Zona Azul de R\$ 2 para R\$ 3,50. A empresa entrou com

uma ação na Justiça argumentando que os preços praticados estavam congelados havia sete anos, desde que o contrato foi assinado. Entretanto, nem o Ministério Público nem o Poder Judiciário concordaram em acatar o pedido.

Mesmo com a decisão da Justiça, a gestão interina de Tite Campanella (Cidadania) à frente do Paço fechou acordo com a empresa, em outubro de 2021, para reajustar o valor

da Zona Azul para R\$ 3, o que representou aumento de 50%.

O reajuste só foi revogado em julho de 2022, oito meses depois de José Auricchio Júnior (PSDB) ter a sua inelegibilidade anulada pelo TSE (Tri-

bunal Superior Eleitoral) e assumir o mandato após a vitória nas urnas, em 2020. O tuca no reduziu a tarifa para R\$ 2.

A anulação do contrato não interfere na cobrança de Zona Azul no município. Em nota, o

Paço determinou a continuidade da prestação de serviços até que uma nova concorrência pública seja finalizada. Procurada, a empresa não se posicionou até o fechamento desta edição.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Política **Página:** 3